REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS | ISSN: 2447-0244
v. 7, n. 2, mai.-ago., 2021.
Missões

PANORAMA DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS EM SANTA ROSA/RS: ACOLHIMENTO E INTERFACES PARA A AGENDA MUNICIPAL

PANORAMA DE LAS MIGRACIONES INTERNACIONALES EN SANTA ROSA/RS: RECEPCIÓN E INTERFACES PARA LA AGENDA MUNICIPAL

OVERVIEW OF INTERNATIONAL MIGRATIONS IN SANTA ROSA/RS: RECEPTION AND INTERFACES FOR THE MUNICIPAL AGENDA

Recebido em: 30/06/2021
Aceito em: 15/09/2021

Richelli Daiana Pinheiro -ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8207-5764[1]
Davide Carbonai – ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2211-3749[2]

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar um panorama dos fluxos de migrações internacionais presente no município de Santa Rosa - Rio Grande do Sul. Investiga-se as ações de acolhimento do poder municipal e das instituições não-governamentais, buscando identificar as barreiras de acesso nos serviços públicos e as percepções dos atores sobre as migrações. A pesquisa tem como pressuposto o método indutivo, de caráter qualitativo e exploratório. Parte de uma revisão bibliográfica a dados dos registros de imigrantes internacionais da Política Federal. Para aprofundar a análise, foram realizadas observações de campo e entrevistas em profundidade com atores públicos e da sociedade civil. Para auxílio foi utilizado o software Altas.ti com análise temática de conteúdo. Como resultado, aponta que o município possui como predominante, desde 2015, as migrações contemporâneas da nacionalidade haitiana, sendo relacionada inicialmente ao nicho de emprego na cadeia final do agronegócio. O acolhimento acontece por órgãos não governamentais, com relevância em uma instituição religiosa e oferta de curso de português por meio de um projeto do Rotary Club. Mesmo sendo uma realidade não recente, o poder municipal demonstrou que presta atendimento aos migrantes. Contudo, não foram identificadas ações de atendimento que contemplem sua singularidade e articulação entre as esferas.

Palavras-chave: Migrações Internacionais; Governo Municipal; Sociedade Civil; Acolhimento; Santa Rosa.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo presentar un panorama de los flujos migratorios internacionales en el municipio de Santa Rosa - Rio Grande do Sul. Investiga las acciones de acogida del gobierno municipal y de las instituciones no gubernamentales, buscando identificar las barreras de acceso en los servicios públicos y las percepciones de los actores sobre la migración. La investigación tiene como supuesto el método inductivo, de carácter cualitativo y exploratorio. Parte de una revisión bibliográfica de los registros de inmigrantes internacionales de la Política Federal. Para profundizar en el análisis, se realizaron observaciones sobre el terreno y entrevistas en profundidad con agentes públicos y de la sociedad civil. Para la ayuda se utilizó el software Altas.ti con análisis de contenido temático. Como resultado, se afirma que el municipio tiene como predominante, desde 2015, las migraciones contemporáneas de la nacionalidad haitiana, estando relacionadas inicialmente con el nicho de empleo en la cadena final del agronegocio. La acogida se produce a través de organizaciones no gubernamentales, con relevancia en una institución religiosa y ofreciendo cursos de portugués a través de un proyecto del Rotary Club. Aunque no es una realidad reciente, las autoridades municipales han demostrado que prestan servicios a los inmigrantes. Sin embargo, no se identificaron acciones para abordar su singularidad y articulación entre esferas.

Palabras-chaves: Migraciones Internacionales; Gobierno Municipal; Sociedad Civil; Recepción; Santa Rosa.

[1] Richelli Daiana Pinheiro, Bacharel em Serviço Social, Mestranda do Programa de Políticas Públicas da Unipampa - *Campus* São Borja, Assistente Social no Instituto Federal Farroupilha - *Campus* Santa Rosa. E-mail: richelli.pinheiro@iffarroupilha.edu.br.

[2] Davide Carbonai, Doutor em Sociologia Econômica e dos Novos Trabalhos na Università di Teramo, Departamento de Ciências Administrativas (UFRGS). E-mail: davide.carbonai@ufrgs.br

Abstract: This paper aims to present an overview of the international migration flows in the municipality of Santa Rosa - Rio Grande do Sul. It investigates the reception actions of the municipal government and non-governmental institutions, seeking to identify the barriers to access in public services and the actors' perceptions of migration. The research is based on the inductive method, of a qualitative and exploratory nature. It starts from a literature review to data from the Federal Policy records of international immigrants. To deepen the analysis, field observations and in-depth interviews were conducted with public and civil society actors. For assistance, the software Altas.ti was used, with thematic content analysis. As a result, it points out that the municipality has as predominant, since 2015, contemporary migrations of Haitian nationality, being initially related to the niche of employment in the final agribusiness chain. The reception happens through non-governmental organizations, with relevance in a religious institution and the offer of Portuguese language courses through a Rotary Club project. Even though this is not a recent reality, the municipal government has shown that it provides services to migrants. However, no actions were identified to address their uniqueness and articulation between spheres.

Keywords: International Migrations; Municipal Government; Civil Society; Reception; Santa Rosa.

INTRODUÇÃO

A partir de 2010 o Brasil apresentou uma significativa alteração no seu quadro migratório. Este novo cenário é apontado como resultado de arranjos transnacionais, integrado ao processo de reestruturação produtiva e de globalização econômica (BAENINGER, 2016). Com interfaces do contexto mundial ao nacional, aponta-se a crise que teve início nos Estados Unidos em 2007, com efeitos no continente Europeu, o que acarretou aos países historicamente destino de migrantes, a adoção de políticas migratórias restritivas, ocasionando um reordenamento da rota migratória ao Brasil, (CAVALCANTI, OLIVEIRA, 2020; ROSA, MEJÍA, PÉRICO, 2021) além de crises políticas, sociais e ambientais nos países do Sul Global (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020).

No contexto brasileiro, a literatura aponta como fatores de intensificação migratória, a melhora nos indicadores sociais e econômicos, o *boom* das *commodities*, câmbio valorizado, a sede de eventos mundiais como Olimpíadas e Copa do Mundo, potência exportadora do agronegócio, acordos internacionais e alteração normativa (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020). Segundo os dados publicados pelo Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra, considerando todos os amparos legais, o Brasil registrou de 2011 a 2019, 1.085.673 imigrantes de pessoas provenientes do Sul Global, com predominância da América do Sul e Caribe (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020).

Desse fluxo, é importante considerar os registros de migrantes internacionais que permaneceram em um período superior no país denominado de imigrantes de longo termo. O relatório aponta que de 2010 a 2019 o país registrou 660.349 migrantes, destacando-se os registros de venezuelanos (142.250), paraguaios (97.316), bolivianos (57.765) e haitianos (54.182), representando estas nacionalidades 53% do total de registros no país (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO; 2020). Também é destacado o crescimento das

migrações femininas, principalmente de mulheres venezuelanas e os registros de emprego nas indústrias do ramo alimentício (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020). Outro aspecto importante a considerar é a concessão do visto humanitário por parte do Governo brasileiro aos haitianos, o que intensificou o fluxo migratório dessa nacionalidade (ROSA; MEJÍA; PÉRICO, 2021).

Com as alterações do quadro migratório e a mobilização de entidades representativas, o Governo foi pressionado para mudanças no aparato normativo que tratava da questão migratória, coadunando na extinção do Estatuto do Estrangeiro,[3] (OLIVEIRA, 2017) e na aprovação da Nova Lei de Migração em meados de 2017.[4] Com a ampliação da proteção jurídica e prevalência dos direitos humanos foi garantido a isonomia normativa às políticas públicas do Brasil e a não criminalização das migrações (CLARO, 2020; OLIVEIRA, 2017).

Segundo a publicação do OBMigra, foi identificado que, diferente dos fluxos migratórios anteriores, onde a concentração dos registros de residência estava na região sudeste, estes, denominados fluxos contemporâneos apresentam um crescente deslocamento para a região Sul, nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020). De acordo com a publicação, de 2010 a 2019, esta região é a segunda colocada do país no que se refere a registros de residência, computando um quantitativo de 142.2016, representando 22% do total de registros, ficando o Rio Grande do Sul, entre a região Sul, como terceiro colocado, com o total de 45.967 registros (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020). Esta desconcentração da região sudeste para o sul, segundo o Observatório, está relacionada às ofertas de trabalho no final da cadeia produtiva do agronegócio (frigoríficos – abate de aves e suínos) com uma característica nova, a interiorização de migrantes do Sul Global (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020).

Com este novo processo, muito diverso das primeiras migrações que por um plano de governo deslocaram-se para o Sul do Brasil, entre elas, "[...] alemães, italianos, espanhóis e poloneses" (UEBEL; RÜECKERT, 2016, p. 125) e mesmo os fluxos fronteiriços do Mercosul característicos devido à localização geográfica e acordos entre os Estados Partes (IBGE, 2019). As gestões locais têm experienciado novos desafios, mas não maiores do que a população migrante devido às dificuldades de acesso às políticas públicas, ocasionados pela não

[3] Lei nº 6.813 de 19 de agosto de 1980 (BRASIL, 1980).

[4] Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017, instrumentalizada pelo Decreto nº 9.199 de 20 de novembro de 2017 (CLARO, 2020, p. 42).

regulamentação do artigo 120[5] da Nova Lei, que prevê uma Política Migratória Nacional para além do controle de entrada e permanência no território brasileiro (SQUEFF, PECKER, 2020; IBGE, 2019).

Apesar dos avanços normativos, a não regulamentação representa um bloqueio de agenda quanto à implementação de políticas públicas efetivas para o acolhimento de migrantes (SQUEFF, PECKER, 2020; OLIVEIRA, 2017). Nesse contexto de transformação social, interiorização dos fluxos e de alta discricionariedade nas ações de acolhimento da população migrante, tem se destacado o município de Santa Rosa. Apontado como a cidade com maior presença de migrantes internacionais da Região Fronteira Noroeste.

Diante das rápidas transformações da sociedade potencializadas pela pandemia COVID-19, iniciada no Brasil em 11 de março de 2020 (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020) a não existência de uma política nacional que possa promover melhores condições de vida para a população migrante e as evidências do processo de interiorização das migrações para cidades com nichos de oferta de emprego na cadeia final do agronegócio (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020) esta pesquisa propõe novos olhares. Buscando apresentar dados dos registros de residência em Santa Rosa, do período de 2010 a 2020, informados pelo sistema da Política Federal e disponibilizados pelo banco interativo do Observatório das Migrações de São Paulo - Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" (NEPO). Tendo como unidade de análise o município, imerge-se na realidade local para responder a seguinte questão "quais são as ações de acolhimento ofertadas a migrantes internacionais presentes no município de Santa Rosa?". Prioriza-se o espaço da Assistência Social por compreender que os processos de deslocamentos, na condição de migrante, "[...] pode representar uma condição que favorece e até leva a pessoa a passar por situações de vulnerabilidade" (LUSSI, 2015, p. 136). A partir da questão, busca-se identificar a existência de barreiras de acesso aos serviços públicos, bem como as percepções sobre o fenômeno migratório por parte dos agentes públicos envolvidos no processo de atendimento, incluindo vereadores e atores não-governamentais.

Para atingir os objetivos propostos, após esta breve introdução, este artigo divide-se em cinco seções. Na primeira seção, é apresentada as notas metodológicas onde estão descritos os passos da pesquisa. Na segunda, é apresentado um panorama com informações do município

[5] Art. 120 da Lei nº 13.445/2017, A Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia terá a finalidade de coordenar e articular ações setoriais implementadas pelo Poder Executivo federal em regime de cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com participação de organizações da sociedade civil, organismos internacionais e entidades privadas, conforme regulamento (BRASIL, 2017a).

de Santa Rosa com um breve comparativo da Região Fronteira Noroeste. A terceira seção são apresentados os resultados da pesquisa, com um detalhamento dos fluxos migratórios presentes no município, com predominância da nacionalidade haitiana, as ações de acolhimento por parte de instituições não-governamentais e governamentais, com ênfase na Política de Assistência Social, bem como, as percepções dos atores locais sobre o fenômeno migratório contemporâneo. Na quarta seção é apresentada a análise dos dados coletados. Por fim, são apresentadas as considerações finais da pesquisa, que ainda está em desenvolvimento.

NOTAS METODOLÓGICAS

A pesquisa teve como pressuposto o método indutivo, de caráter intrinsecamente qualitativo, exploratório e interpretativo. Definiu-se como unidade de análise o município de Santa Rosa (RS) identificando ações de acolhimento da esfera governamental e não-governamental à população de migrantes internacionais. A investigação iniciou com um levantamento dos registros administrativos da série histórica 2010-2020 de imigrantes internacionais do sistema da Polícia Federal[6].

Estes registros, que permitem identificar a Unidade da Federação de residência com desagregação até o nível municipal, foram sistematizados e integrados pelo Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" (NEPO) e disponibilizados para análise no Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo. Salienta-se que, não estão contemplados os registros de refugiados ou solicitantes de refúgio e conforme a nota metodológica do Núcleo, os dados não são "[...] capazes de estimar a população total de imigrantes internacionais residentes no Brasil [...]" (NEPO, s/d, s/p).

Posteriormente foram realizadas sete entrevistas em profundidade, individuais e coletivas no período de dezembro de 2020 a abril de 2021. Os participantes são atores não-governamentais e governamentais, como agentes públicos vinculados à Política de Assistência Social e vereadores. Para que não seja possível uma identificação dos participantes, as entrevistas foram nominadas no texto da seguinte forma: atores não-governamentais - E1 (E1.a e E1.b) vinculados à instituição religiosa, salienta-se que o formato desta entrevista foi coletivo e E2 – vinculado ao Rotary Club Terra da Soja (individual).

[6]Conforme o Decreto nº 9.199/2017, art. 62, "O registro consiste na inserção de dados em sistema próprio da Polícia Federal, mediante a identificação civil por dados biográficos e biométricos" (BRASIL, 2017b).

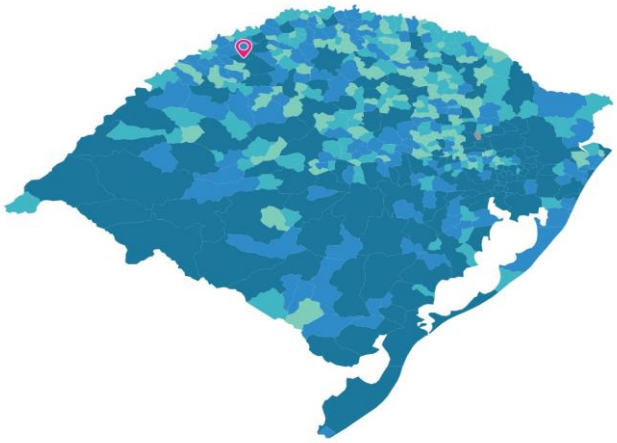
Com os atores governamentais do poder executivo e legislativo, as entrevistas foram realizadas de forma individual e no texto estão identificadas como: E3 e E4 – vinculados à Assistência Social e E5, E6 e E7, identificando os vereadores. Nesse período, também foi realizado um acompanhamento frente às demandas de migrantes da nacionalidade haitiana, proporcionado pela aproximação de um dos autores com uma igreja que desenvolve ações de acolhimento, o que propiciou maiores observações em campo.

Após a coleta de dados, as entrevistas foram transcritas e passaram por uma análise de conteúdo temática com o auxílio do software Atlas.ti. Conforme o método proposto por Bardin (2016), foi realizado uma pré-análise, seguindo para uma codificação indutiva, onde os códigos emergem dos dados. Posteriormente, os códigos foram agrupados por tema e categorizados pelo critério semântico que definiram as categorias temáticas da seguinte forma: a) ações de acolhimento (ações não-governamentais e governamentais); b) barreiras de acesso (barreira linguística, desconhecimento da legislação migratória e inexistência de capacitação aos agentes públicos) e; c) percepção dos atores municipais (visão da condição da condição de migrante e das condições de vida dos migrantes no município de Santa Rosa).

PANORAMA MUNICIPAL

Santa Rosa é um município localizado na faixa de fronteira do Rio Grande do Sul, com uma população estimada em 73.575 habitantes (IBGE, 2020). Conforme pode ser visualizado na imagem abaixo:

IMAGEM 1 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO SANTA ROSA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Fonte: IBGE Cidades (2020).

Está próximo a dois portos habilitados para passagem à Argentina, é considerado um município de formação étnica diversificada, inclusive apontada essa formação como uma questão relevante e de potencial econômico (COREDE FRONTEIRA NOROESTE, 2017). No que se refere à Região Administrativa, é integrante do Conselho Regional de Desenvolvimento da Fronteira Noroeste, do qual é composto por 20 municípios.

Conforme o Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional da Fronteira Noroeste, abrangência 2016-2030, foram apontados aspectos importantes que afetam diretamente o município de Santa Rosa, como: a alteração no quadro demográfico com um esvaziamento populacional da Região, direcionando um deslocamento dessa população para Santa Rosa, sendo o único município com saldo populacional significativo no período de 2001 a 2014 (4.275 habitantes), nos demais, exceto Três de Maio e Horizontina, houve uma perda de mais de 10% da população (COREDE FRONTEIRA NOROESTE, 2017). Segundo o documento, a motivação econômica é apontada como o principal fator dessa alteração demográfica. Outro aspecto importante além do baixo crescimento demográfico e que acompanha os indicadores do Rio Grande do Sul, é o envelhecimento da população (COREDE FRONTEIRA NOROESTE, 2017).

Quanto aos indicadores de desenvolvimento, cabe destacar que, segundo o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) de 2015 "O município de Santa Rosa, está na 83ª colocação, ficando entre as 100 melhores colocações do Brasil e entre as 10 no Estado" (COREDE FRONTEIRA NOROESTE, 2017, p. 35). Já o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (RIO GRANDE DO SUL, 2018) informa que a Microrregião de Santa Rosa se encontra na 9ª posição no ranking, com o índice de 0,784, do qual agrega indicadores de educação, renda e saúde. Portanto, é considerada entre as classificações, uma microrregião de nível médio a alto de desenvolvimento (RIO GRANDE DO SUL, 2018).

Em relação às características econômicas, o município possui um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de R$ 41.100,58 (IBGE, 2018). Sendo o seu potencial na área de indústrias de transformação e da agropecuária com criação de bovinos e suínos (COREDE FRONTEIRA NOROESTE, 2017).

Outros aspectos importantes a serem destacados no município são: a implementação da Gestão Plena da Política de Assistência Social, da qual possui uma forte contribuição para o atendimento das questões sociais e diminuição da taxa de pobreza, inclusive tem como prioridade estratégica a previsão da criação de uma Fundação Municipal de Assistência Social até 2030 (SANTA ROSA, 2014); a existência de uma Fundação Municipal da Saúde

(FUMSSAR) que integra dezessete postos de saúde, dois Centro de Atenção Psicossocial; uma Farmácia Municipal; um Centro de Especialidades; uma divisão de Vigilância em Saúde; um Centro Especializado em Reabilitação Auditiva e Intelectual (CER); um Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) e um Hemocentro Regional, responsável por atender as demandas de 52 municípios (FUMSSAR, 2021). Recentemente, devido à pandemia, foi ativado um hospital (Dom Bosco), gerenciado pelo Hospital Vida e Saúde para atendimento específico para pacientes diagnosticados com COVID-19 (FUMSSAR, 2021).

De acordo com os dados apresentados, o município de Santa Rosa demonstra ser um local com boa qualidade de vida e no quesito migratório, denota ser uma rota migratória, tanto interna como de migrações internacionais, como pode ser visualizado na tabela abaixo:

TABELA 1 – REGISTROS DE RESIDÊNCIA DE MIGRANTES INTERNACIONAIS NA FRONTEIRA NOROESTE

Município	**Registros de Imigrantes 2010 - 2020**	**População municipal estimada em 2020**	**% de Imigrantes em relação a população do município**
Alecrim	6	5.827	0,10
Alegria	0	3.374	0,00
Boa Vista do Buricá	14	6.712	0,21
Campina das Missões	7	5.398	0,13
Cândido Godói	25	6.151	0,41
Doutor Maurício Cardoso	19	4.462	0,43
Horizontina	114	19.389	0,59
Independência	5	6.109	0,08
Nova Candelária	0	2.688	0,00
Novo Machado	31	3.256	0,95
Porto Lucena	9	4.594	0,20
Porto Mauá	28	2.352	1,19
Porto Vera Cruz	3	1.308	0,23
Santa Rosa	**918**	**73.575**	**1,25**
Santo Cristo	40	14.216	0,28
São José do Inhacorá	1	2.056	0,05
Senador Salgado Filho	0	2.770	0,00
Três de Maio	62	23.876	0,26
Tucunduva	22	5.644	0,39
Tuparendi	26	7.810	0,33
Total	**1.330**	**201.567**	**7,07**

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de Registro de Residência da Polícia Federal sistematizados pelo Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO) - Unicamp (2020).

Em razão da posição geográfica do município, são característicos os fluxos vinculados ao Acordo de Residência para Nacionais dos Estados partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e devido à presença de empresas internacionais com destaque para além de Santa Rosa, o município de Horizontina, percebe-se uma presença de migração laboral oriunda no Norte Global e Ásia.

Segundo descrito no Plano Estratégico de Desenvolvimento da Fronteira Noroeste, é de fundamental importância o conhecimento da população presente na região (COREDE FRONTEIRA NOROESTE, 2017). Portanto, a próxima seção é dedicada a apresentar os dados dos fluxos migratórios presentes no município. As ações de acolhimento por parte da esfera não-governamental e governamental, com ênfase na assistência social, bem como e as barreiras e dificuldades encontradas para o acesso e atendimento de migrantes internacionais nesses espaços e as percepções dos atores locais.

FLUXOS MIGRATÓRIOS EM SANTA ROSA, AÇÕES DE ACOLHIMENTO E PERCEPÇÕES DOS ATORES LOCAIS

Conforme os objetivos da pesquisa, esta seção inicia-se com um detalhamento dos fluxos migratórios presentes no município, identificando os registros de migrantes de longo termo residentes em Santa Rosa conforme a tabela abaixo:

TABELA 2 – REGISTROS DE RESIDÊNCIA DE MIGRANTES INTERNACIONAIS EM SANTA ROSA/RS

País de Nascimento	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Argentina	3	8	9	75	160	45	11	18	21	40	3	393
Haiti	0	0	4	8	28	58	80	53	70	94	24	419
Alemanha	0	0	0	3	1	0	2	1	2	1	0	10
Paraguai	4	2	0	0	6	3	2	0	0	2	2	21
Estados Unidos	0	3	0	1	0	7	1	0	1	0	0	13
Venezuela	0	0	0	1	0	0	0	0	0	4	5	10
Outros	2	2	3	15	5	7	6	1	7	4	0	52
Total	**9**	**15**	**16**	**103**	**200**	**120**	**102**	**73**	**101**	**145**	**34**	**918**

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de Registro de Residência da Polícia Federal sistematizados pelo Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO) - Unicamp (2020).

Considerando todos os amparos legais no período de 2010 a 2020, os registros de residência no município totalizaram o quantitativo de 918 pessoas, com proeminência das nacionalidades oriundas da Argentina e Haiti (NEPO, 2020). De acordo com os dados apresentados, a mudança no quadro migratório municipal ocorreu em 2015, onde o número de haitianos superou o número de argentinos, mantendo essa alteração até o final de 2020, totalizando ao longo termo, o total de 419 registros de haitianos residentes no município (NEPO, 2020).

Ressalta-se a presença de venezuelanos, com 1 registro em 2013 e após 5 anos, reaparece em 2019 o que acompanha os registros de entrada no quadro nacional após a crise humanitária na Venezuela. (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020).

Em relação às ações de acolhimento ofertadas aos migrantes internacionais, as informações coletadas na pesquisa de campo, tanto em entrevistas como nas observações, mostraram que a população tem como referência as ações de uma instituição religiosa local, conforme exposto pelo entrevistado,

> Na igreja hoje diminuiu um pouco porque um deles teve mais igrejas agora que abraçaram eles também então eles têm outra igreja que eles fazem lá, o culto lá, mas já chegou a 370 deles nessa igreja aqui deles congregar, hoje eu acredito tá em torno duns 240 mais ou menos que tem deles na igreja no total no culto deles. Que são atendidos por nós mensalmente são 28 crianças apadrinhadas mensalmente, mais, famílias dá em torno de 114 famílias é, mais, é 114 pessoas! (E1.a, 2021).

Conforme a entrevista, as ações realizadas foram sendo adaptadas de acordo com as demandas por eles identificadas,

> [...] iniciamos em 2015 com o projeto de apadrinhamento através de uma parceira, a Fundação da Suécia *Ankarstiftelsen* e a partir dali começamos o projeto com o apadrinhamento de crianças haitianas, 31 crianças apadrinhadas em 2015. Esse projeto era para auxiliar na alimentação, vestimentas dessas crianças então todo mês a Fundação da Suécia repassava um valor para nós e nós repassava esse valor para as famílias e as crianças, adquirirem esses produtos, roupas, alimentos ou a necessidade que eles tinham. Em de, a partir de 2017, 2016 começamos o auxílio na alimentação com cesta básica foi acho que, em torno de 14, iniciou com 14 famílias, chegou a 47 famílias mensais no auxílio de alimentação, pras famílias haitianas e em 2019 nós refizemos o projeto e montamos o mercado social aonde que essas famílias, tinham, a partir de uma pesquisa, vimos que a cesta básica acabava auxiliando mas não suprindo a necessidade que elas tinham mensalmente então, pela cultura enfim, o mercado social ele tem, adquirem os produtos, vêm, buscam os produtos de sua escolha, de sua cultura, a culinária que elas têm[...] na área de vestimenta também tem o Projeto a Loja Social. A Loja Social ela é pra essas famílias não é apenas as cadastradas, mas é todas, todo mês as pessoas que têm necessidade adquirem roupas, calçados, é isso aí.[...] também o projeto que é voltado pros imigrantes é a questão, qualificação na

> área de música com o curso de teclado, qualificação pessoal, profissional também em alguns, alguns adolescentes específicos que é na área da elétrica[...] (E1.a, 2021).

Com o início da pandemia percebeu-se um aumento das necessidades da população migrante e a instituição ofertou apoio no cadastramento do Auxílio Emergencial, segundo E1.a (2021) "Eles me mandavam, passavam o cadastro por WhatsApp, passavam os dados e eu fazia o cadastro pra eles [...]".

Ainda no campo das ações de acolhimento não-governamentais, foi identificado nos relatos dos migrantes haitianos, pelos integrantes da igreja e pelos agentes públicos, o projeto desenvolvido entre 2018 e 2019, pelo Rotary Club Terra da Soja. Comprovado em entrevista pela responsável da ação,

> Tá, então assim, num primeiro momento a gente então, a gente entendeu que eles precisavam saber o português né. Então nós [...], nós temos uma companheira que é a M. que é professora de português e pedagogia que dá aula na S. ela fez uma construção de um material didático, mais ou menos de que forma nós poderíamos trabalhar. Daí nós temos a C. que é nossa companheira também que já faz um trabalho com eles pela igreja dela, ela conseguiu, ela foi atrás de uns manuais, ela traduzia, ela fez um excelente trabalho também. E aí nós dávamos aula de português e também nós tínhamos algumas monitoras que ficavam com as crianças, porque qual que era o grande problema, eles não tinham com quem deixar as crianças, então eles tinham que trazer as crianças, então era nos sábados à tarde essas aulas, das duas até umas quatro horas, depende como ia né. Aí nós, os jovens do Interact, que é a ala jovem do Rotary né, têm de 15 a 18 anos, também nos ajudou pra com, as crianças enfim, nós servíamos um lanche pra eles a tarde, um café da tarde pra eles (E2, 2021).

Segundo a responsável, inicialmente o projeto foi voltado para auxiliar na superação da barreira linguística. No entanto, com a percepção das diferenças de conhecimento da língua portuguesa por parte dos integrantes, o projeto evolui para capacitações voltadas ao mercado de trabalho, questões de saúde e sobre os serviços socioassistenciais ofertados no município,

> Então o que a gente fez? A gente pegou as nossas profissões e transformou em aulas pra eles, então pra aqueles que já tinham um português mais avançado, a gente fez aulas de legislação pra eles, legislação básica, o que prevê a CLT no Brasil, né, o que, que prevê o Direito do Consumidor, então a legislação básica brasileira foi dada pra eles. Tivemos também um pessoal da saúde falando né, de questões relacionadas à saúde, tivemos uma convidada que foi lá falar de RH, de como eles deveriam se comportar numa entrevista de emprego, né, de postura, de, enfim. Tudo isso que a gente fez era o que? Conseguir colocar eles no mercado de trabalho, né. O grande objetivo era com que eles pudessem ingressar no mercado de trabalho e ali a gente também fez alguns *network*, alguns companheiros a gente conseguiu emprego para alguns deles. Então o projeto teve assim um, como eu vou te dizer, ele foi bem amplo, não ficou só nas aulas de português (E2, 2021).

Em relação às ações de acolhimento por parte da esfera governamental, em entrevista com um(a) agente público vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social de Santa Rosa, foi identificado que há a oferta dos serviços e há conhecimento sobre a diversidade dos fluxos migratórios. No entanto, não havia uma identificação dos registros de atendimento ou serviços voltados às suas singularidades. Conforme exposto abaixo,

> [...]a gente acompanha isso através do CRAS e o CRES, eles fixaram residência aqui, eles procuraram muito os nossos serviços, principalmente na questão da documentação e pra tá fazendo o aporte alimentar, buscando alimentos e roupa[...]. [...]Porque eles conseguiram alugar peças e daí o que aconteceu, conseguiram alugar, mas eles não tinham as coisas pra montar uma casa, então, eles, eles, fizeram esse processo de vir até nós pra fazer essa solicitação. [...]Santa Rosa tem a casa de passagem, a casa Santa Rosa acolhe, que é um espaço assim que recebe, migrantes, o pessoal da rua [...] (E3, 2020).

Também foi informado a realização de uma atividade atendendo a demanda do projeto do Rotary Club. Conforme evidenciado na entrevista "[...] qual é que foi o nosso papel aí, o nosso papel foi lá trabalhar com eles os serviços que Santa Rosa tinha pra oferecer pra eles [...]" (E3, 2020). Em relação ao cadastramento da população migrante no Cadastro Único, a agente pública responsável em um dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) informou que,

> A exigência do Cadastro Único é pra famílias de baixa renda que tenham renda de até 3 salários-mínimos tá, pessoas residentes no exterior que vêm pra cá, elas também procuram fazer o cadastro, só que, digamos assim, tem ainda muita resistência por causa de documentos e essas coisas né. Então o que é exigido tem que, é necessário ter o CPF né, sem o CPF não tem como fazer o cadastro, né. O CPF é um dos documentos que o governo leva em conta pra fazer o cruzamento de dados com a Receita Federal, com o INSS, com outros órgãos né. Aí assim, as famílias precisam trazer todos os documentos das pessoas que moram na casa, precisam confirmar as pessoas que moram, que residem mesmo né (E4, 2021).

Na dimensão "barreiras de acesso dos migrantes aos serviços públicos", foram identificadas os seguintes grupos de códigos: barreira linguística e a inexistência de uma metodologia de atendimento para o público migrante. Segundo os dados coletados, a dificuldade de comunicação apresentou-se como um fator preponderante relacionado à barreira de acesso aos serviços públicos, bem como, ao acesso ao emprego. Conforme destacado na entrevista:

> Então eles têm dificuldade de arrumar emprego por quê? O que, que é uma das causas? E a gente chegou à conclusão que uma das causas era justamente a questão, a barreira

> da língua né, do não entendimento do português, tanto nas falas, quanto na escrita (E2, 2021).

Um fator que cabe ser destacado é que no cotidiano de atendimento foi percebido uma dependência familiar aos que têm conhecimento da língua portuguesa, conforme exposto nas falas abaixo:

> Isso é...na verdade é, o homem priva a mulher, é ele que fala, se a é ele que mulher tem que, se ela precisa de algo ela pede pra ele pra ele dá o parecer dele. 98% senão for mais é assim. Os casos que não são assim são das mulheres que, que são as que vivem sozinhas são as que [...] (E1.a, 2021).
> [...] Na comunicação, eles não entendem, tem uns, tem mulheres que tipo, retirar os alimentos que elas têm que trazer, tipo o R. que vem sempre trazer eles porque ele traduz pra elas o que a gente fala né, porque elas não entendem totalmente nada, só sabem dizer obrigada. Então é bem, a dificuldade nessa parte também é fundamental porque se eles tivessem né, melhor comunicação, se soubessem mais falar o português e entender ia abrir outras portas também né (E1.b, 2021).

Quanto a não existência de uma metodologia de atendimento a esta população, os agentes públicos demonstraram uma forma de improviso para superar a barreira linguística, conforme relatado por E3 (2020): "[...] a gente escreve e eles tentam entender né, escrevem, eles dizem o que, que eles querem [...]". Questionados sobre a oferta de capacitação para qualificar o atendimento e sobre o conhecimento do documento orientador do extinto Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, foi informado por E4 (2021) que,

> Não, aqui no cadastro pra mim, não. P:Você tem conhecimento sobre a legislação migratória no país? Não. P: Teve um documento, se eu não me engano de 2016 né, relacionado a, na época se chamava outro Ministério, mas específico pro atendimento, tu chegaste a receber algumas orientações? Não (E4, 2021).

Em relação às dificuldades do atendimento no Cadastro Único,

> Uma delas é que a família não fala a língua nossa né, aí sempre vem alguém deles que já vêm pra traduzir né. Agora eles já têm assim, pessoas, eu acho que eles devem de te um grupo no WhatsApp, alguma coisa assim, de, que já tão falando fluente português. Então sempre vem junto um que traduz, mas no início não era assim, eles vinham e a gente acabava fazendo o cadastro conforme a gente entendia que eles necessitavam. Às vezes a assistente social ia até a casa deles fazer uma visita pra ver a situação real da família, né (E4, 2021).

Já para o ator governamental, a barreira linguística demonstra ser algo que pode ser enfrentado,

> Com certeza é uma dificuldade que às vezes pode ter sido enfrentada e dá pra melhorar também né então tudo é um aperfeiçoamento, uma busca, um melhoramento da situação para receber eles e podemos receber americanos, europeus a gente não sabe né (E6, 2021).

Quanto à dimensão, percepção que integra os códigos sobre visão da condição de migrante e sobre suas condições de vida, os trechos a seguir propiciam um panorama que aprofunda a análise. Para o ator não-governamental, a condição de migrante, referindo-se à migração haitiana, denota que,

> Assim ó, o que, que a gente percebe, nós somos, digo nós região, nós somos um país de colonização europeia, de colonização branca, digamos assim e tem né, embora muita gente não diga que não, o preconceito ainda é muito grande. [...] Então acho que a questão deles conseguirem se colocar no mercado de trabalho não é nem muitas vezes pela questão da fala, claro, isso dificulta muito mas eu acho que muito é a questão racial mesmo né. A gente ouvia muito uma coisa assim, muito de algumas pessoas: "Ah, por que, que vocês estão fazendo um trabalho com eles de querer colocar no mercado de trabalho, sendo que tem muitos dos nossos sem trabalhar", né. Tipo, vamos ajudar os nossos né, e não ajudar... Então tu vê que tem assim uma discriminação né, uma questão discriminatória em relação a eles. Tipo assim, é como se eles tivessem vindo tirar o lugar de quem tá aqui, de quem é daqui, sabe? Até a questão assim, os filhos deles tiram vaga da creche de quem é daqui, sabe? Então tem sim uma questão de discriminação muito grande em relação a eles. Esse é um fator bem importante (E2, 2021).

Para o ator governamental, a condição de migrante, em sua experiência de atendimento é percebida como,

> Então, assim, a gente também tem que tê muita cautela quando tu vai lidar com esse público porque eles tentam tirar vantagem de alguma forma, principalmente porque a gente não entende a língua deles né. Então era uma dificuldade que a gente sentiu assim [...]. E eu acho assim, que as pessoas, ou elas se adequam aqui e elas conseguem se organizar porque nós não temos uma política específica imigratória, se organizar com a assistência, a saúde, a educação arrumando trabalho, se elas não conseguem se organizar elas vão embora pra outros locais. De um modo geral assim, tem conseguido se organizar (E3, 2020).

Já para os atores governamentais, vinculados à câmara de vereadores, a fala abaixo contempla as percepções do *corpus* das entrevistas,

> Vamos citar o frigorífico Alibem, não consigo nem imaginar, e nem eles conseguem imaginar agora sem essa força estrangeira, falando só dos haitianos, falando só dos haitianos. [...]Porque no começo foi bem difícil, a gente sentia inclusive aqui em Santa Rosa uma rejeição e eu lembro desse tema uma época que eu levei na câmara de vereadores como fala, porque nós temos espaços de fala, os espaços de

> encaminhamentos né, a câmara de vereadores é bastante limitada. Eu me lembro que eu levei porque havia um certo preconceito de alguns trabalhadores dizendo que eles estariam aqui tomando o trabalho das pessoas daqui e na época eu tive conversa com esses setores e inclusive eles colocaram a disponibilidade a disposição de trabalho dessas pessoas que eles não encontravam nas pessoas aqui, que são daqui (E5, 2021).

Em relação à percepção sobre as condições de vida dos migrantes residentes ou de passagem pelo município de Santa Rosa, a questão habitacional foi um aspecto relevante nas entrevistas dos atores não-governamentais vinculados à igreja. Esses atores que costumam realizar visitas domiciliares devido ao atendimento nos projetos desenvolvidos e destacaram as seguintes informações,

> Eles moram, eles não moram tipo assim, a maioria deles não moram em vilas não, eles predominam mais a parte do centro mas ainda há, em, em lugares que é impróprio muitas vezes pra, pra morar, tem muitos deles, não a maioria mas muito deles é impróprio, porões que era um depósito alguma coisa que alguém tá lá (E1.a, 2021).

Questionados sobre a forma de contrato das habitações e a percepção deles em comparação aos valores de aluguéis em Santa Rosa foi relatado que,

> Eu acho que é algo bem informal assim que eles vão falando e vão se comunicando porque a gente vê assim que, as casas que a gente visitou pelo menos, vários puxadinhos entende, tipo parece que a pessoa o dono da casa em si já fez pensando em, chamar assim, tipo ceder pra essas pessoas, porque, o valor é abusivo é incompatível o valor que eles cobram o local que eles alugam [...] (E1.b, 2021).

No decorrer da entrevista, questionados sobre alguma situação relacionada à moradia que cabia ser relatada, foi informado sobre uma situação de dificuldade financeira enfrentada por uma família haitiana,

> Há, o S. ele mora de aluguel, ele paga R$ 500,00 de aluguel por uma peça não sei a medida mas é super pequena [...] (E1.b, 2021).
> [...] 3x4 (E1.a, 2021).
> [...]É dois cômodos só, era só um quarto separado e daí a cozinha e o banheiro então era comunitário. Ele tinha dois meses de aluguel atrasado e então a dona do local cortou o acesso ao banheiro então ele tinha que acertar esses meses daí até a gente relatou pra uns conhecidos nossos o caso eles se juntaram assim e pagaram o aluguel pra ele, pra ele pode né, te esse acesso, com um nenê pequeno em casa, tinha acabado de nascer, dois mesinhos o bebê (E1.b, 2021).

Em relação às situações acompanhadas que se referem a questões de trabalho, cabe o registro de dois relatos:

> Ah sim, teve o caso do E. da F. que ela trabalhou e também não tava bem, passou mal foi embora e daí o menino dela não tava bem, foi pra UPA e ela ficou com o bebê na UPA e daí a patroa ligou pra ela né, vir trabalhar ela tinha que cumprir o horário e ela disse que tava[...]. Fazia faxina e depois era num restaurante então ela limpava e ajudava a servir também. P: Aqui em Santa Rosa? Aqui em Santa Rosa e daí ela não foi ela disse que não tinha com quem deixar o bebê e a mulher daí não quis pagar ela então não pagou nem os outros dias daí o marido dela foi tenta conversar e daí ele, a mulher deu R$ 60,00, mas tipo a ela tinha trabalhado uns 4 ou 5 dias. E deu R$ 60,00 então né tipo foi. [...] (E1.b, 2021).
> A maioria deles é informal, teve esse caso e teve o caso também de um outro adolescente que trabalhou durante, que foi contratado pra se auxiliar, passou toda a semana era, ficou acordado de faze o pagamento pra ele passou uma semana e não fez no segundo pagamento e daí ele pagou o dia R$ 10,00 a menos do que ele pagava e daí ele, bah mas se tinha acordado comigo esse valor e daí ele disse, aí é que, tu tá aprendendo então vou te descontar então teve esse caso, passou e ele precisava continuar trabalhando e ele trabalhou três meses com ele e ele acho que ficou devendo três semanas de trabalho e ele foi cobra, ligava, mandava mensagens e o cara não pagava e ele foi até a casa dele e a mulher, ele não tava, não sei senão tava e a mulher do cara disse pra ele pra ele saí dali porque senão ela ia ligar pra polícia que ele não era nem pra pisá na calçada, na calçada da casa deles. E expulsou ele e disse se ele não saísse dali ia chamar a polícia que ele tava perturbando e coisa (E1.a, 2021).
> E ele ficou sem recebe né, terminou a história ele ficando sem recebe (E1.b, 2021).

Já na percepção dos atores públicos sobre as condições de vida, denotam o entendimento que a maioria dos migrantes haitianos estão empregados formalmente no município, conforme percebido na fala de E5 (2021): "[...]a gente verifica, vê essas pessoas que tem muitos estrangeiros, principalmente haitianos né, inclusive que o mercado de trabalho tem absorvido, ainda bem não é [...]". Segundo a entrevistada, os migrantes que não estão empregados são devido a uma questão individual e não por falta de oferta de emprego,

> [...] tem, tem, mas eu não sei se trabalharam especificamente para esse público, me parece que não. Porque esse público especialmente os haitianos eles logo conseguiram colocação assim, muito deles estão empregados, alguns já desempregados assim às vezes muito mais por postura deles do que qualquer outra coisa (E3, 2020).

Já para outro ator, os postos de trabalho para os migrantes haitianos são reduzidos aos espaços de empresas alimentícias e construção civil, "[...] Você não vê nenhum deles no mercado né, dificilmente você vê um deles no mercado, no comércio" (E2, 2021).

Salienta-se que, questionado os atores municipais sobre o conhecimento da legislação migratória brasileira e se existiu alguma forma de articulação com o Governo Estadual, a resposta de todos os atores públicos foi de desconhecimento da legislação e desconhecimento de ações ou articulação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul com a esfera municipal.

No que se refere à existência de associações ou organizações de coletivo de migrantes, até o período de junho de 2021, não foi identificado ou relatado a existência de organizações.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De acordo com os dados apresentados, o fluxo migratório de haitianos em Santa Rosa iniciou em 2012, tornando-se o fluxo predominante a partir de 2015. Segundo a literatura que analisa as migrações contemporâneas, a migração haitiana possui características de transnacionalidade (BAENINGER, 2016) motivada por crises econômicas, políticas, sociais e ambientais na sociedade de origem foi agravada pelo terremoto ocorrido em 2010 (UEBEL, 2020; ROSA, MEJÍA, PÉRICO, 2021).

Ao encontro do que infere às pesquisas, a migração haitiana para o município de Santa Rosa foi motivada inicialmente pelo nicho de oferta emprego, sendo iniciada pela contratação no frigorífico de abate e processamento de carne suína – empresa Alibem (CAVALCANTI, OLIVEIRA, 2020; ROSA, MEJÍA, PÉRICO, 2021).

Mesmo que não representam percentuais significativos comparado à população local, as migrações contemporâneas são consideradas como uma questão complexa, exigindo dos atores governamentais um novo olhar para a garantia dos direitos sociais por meio de políticas públicas (LUSSI, 2015; MARTIN, GOLDBERG, SILVEIRA, 2018; SILVA, SCHERF, 2020).

Com a não existência de uma política pública específica, cabe à esfera local o reconhecimento da população para a garantia de acesso às políticas existentes. Segundo Uebel (2020), o acolhimento de migrantes internacionais na esfera local ultrapassa as políticas municipais, pois devido suas especificidades, relaciona-se a acordos e convenções internacionais, denotando uma internacionalização da esfera local.

No entanto, a literatura aponta que as ações de acolhimento na esfera local têm se dado pelas instituições não-governamentais, em específico as religiosas (SILVA; FERNANDES, 2017). Em Santa Rosa, conforme representado pelos dados empíricos, as informações vão ao encontro da forma de acolhimento dos demais municípios, sendo uma igreja local considerada uma referência no processo de acolhimento de migrantes de nacionalidade haitiana. Além das ações da igreja, denota-se a ação do Rotary Club – Terra da Soja como a única ação voltada ao apoio para superação das dificuldades de comunicação linguística. Além do curso de português, foram ofertadas aulas voltadas a informações sobre legislação trabalhista, saúde e assistência social.

No que se refere às ações governamentais, parte-se do pressuposto que a população migrante passa por inúmeros desafios devido a diferentes motivações migratórias, sendo a Assistência Social uma porta de entrada devido ao seu caráter universal e não-contributivo (CASTRO; FERNANDES; JONNATHAN, 2018). Conforme o documento intitulado, "O papel da assistência social no atendimento social aos migrantes", a Assistência Social não oferece serviços exclusivos para atendimento de migrantes, tanto na proteção social básica, como na média e alta complexidade (BRASIL, 2016). No referido documento consta que, cabe à esfera municipal:

> [...] a) prestar os serviços socioassistenciais, desenvolvendo metodologias específicas para o atendimento de adultos e famílias em situação de migração nos serviços socioassistenciais já existentes, preferencialmente em unidades específicas, sendo- -lhes facultado o atendimento em unidades conjuntas com outros públicos quando a demanda for muito pequena [...] (BRASIL, 2016, p. 13).

De acordo com os dados coletados, percebe-se que o município, em específico na Política de Assistência Social, conforme normatizado na legislação migratória,[7] atende às demandas do público migrante quando acionada. No entanto, demonstrou não desenvolver formas que possam superar ou ao menos amenizar as barreiras de acesso, o que denota uma lacuna entre a norma e a real efetivação do direito de proteção social.

Observa-se que as principais dificuldades enfrentadas pelos migrantes internacionais, segundo Silva e Fernandes (2017), publicadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em conjunto com o Ministério da Justiça (2015) são, em ordem de relevância: a) dificuldades com o idioma; b) dificuldades de inserção laboral e; c) dificuldade de acesso aos serviços e documentação. Percebe-se que esses fatores podem agravar situações de vulnerabilidade e acarretar risco social. Denota-se que nos dados coletados os três primeiros fatores foram relevantes, já a questão da regularização da documentação foi identificada nas observações de campo em conversas informais com migrantes. Nesse sentido, o município perde de aprofundar-se no conhecimento da realidade migrante, visto que o cadastramento no

[7] Lei 13.445 de 2017: Art. 3º A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes: X - inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas; XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social; Art. 4º Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados: VIII - acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória (BRASIL, 2017).

Cadastro Único (CadÚnico) possibilita inúmeros benefícios além do Programa Bolsa Família, o que contribui para combater as possíveis situações de vulnerabilidade em que alguns migrantes podem se encontrar (ROSA; MEJÍA; PÉRICO, 2021).

Quanto às percepções sobre o fenômeno migratório à luz de Sayad (1998) e Rosa, Mejía e Périco (2021) denota-se o caráter de estranhamento, de provisoriedade e do migrante como força de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou apresentar um panorama dos fluxos migratórios presentes no município de Santa Rosa (RS) identificando as ações de acolhimento realizadas pela esfera governamental e não governamental, as principais barreiras de acesso aos serviços públicos, com recorte na Política de Assistência Social, bem como as percepções dos atores municipais sobre o fenômeno migratório.

Neste cenário, de fluxos migratórios com predominância de nacionais do Haiti, não foram identificadas na pesquisa ações específicas de acolhimento ou mesmo que contemplem a singularidade dos migrantes por parte da governamental, ou mesmo ações articuladas entre a esfera governamental e não-governamental. No entanto, há ações de acolhimento já estabelecidas por parte de instituições de cunho religioso e da sociedade civil, como o Rotary Club – Terra da Soja, e por parte da esfera governamental há atendimento das demandas dos migrantes quando acionados.

Denota-se que o desconhecimento dos fatores que motivam as migrações contemporâneas, a legislação migratória brasileira e as condições de vida da população residente, parecem reforçar ideias discriminatórias das quais contribuem para a não inserção do tema na agenda municipal.

Processos de estranhamento de fluxos migratórios de não-brancos, percepções de provisoriedade e de que há abundância da oferta de emprego na cadeia final do agronegócio, demonstraram relacionar-se com a invisibilidade migrante por parte dos atores governamentais e da não necessidade de adaptações dos serviços prestados. O que infere a ideia de acolhimento por assimilação do migrante, do qual este adapta-se à sociedade receptora indo de encontro com o caráter humanitário e as garantias legais da Nova Lei de Migração.

Considera-se as limitações do estudo, do qual abrangeu alguns atores governamentais vinculados à gestão municipal até 2020 e não foi possível o acesso aos registros de atendimento

no âmbito da Assistência Social. Agrega-se às limitações aos registros da Política Federal, que devido a pandemia é possível uma desatualização dos dados informados.

Ademais, é possível afirmar que o município de Santa Rosa se insere na lógica de internacionalização, entre o local e o global, caracterizado pelo aspecto de transnacionalidade das migrações internacionais e pela não regulamentação de uma Política Migratória que possa estabelecer mecanismos de coordenação, torna-se o principal garantidor dos direitos normatizados na Nova Lei de Migração.

Por fim, a discussão denota a necessidade de ampliar pesquisas sobre a interiorização das migrações internacionais e a Gestão Municipal. Outro aspecto relevante que pelos objetivos da pesquisa não pode ser aprofundado, são as reais condições de vida da população migrante e dados relacionados à empregabilidade em cidades onde há a presença de frigoríficos.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, Rosane. Migração Transnacional: Elementos Teóricos para o Debate. *In*: COTINGUIBA, Marília Pimentel. *et al*. (Org.) **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 13-43.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980**. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o Conselho Nacional de Imigração. Publicado no Diário Oficial da União, Brasília, 22 ago. 1980a. Revogada pela Lei nº 13.445, de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6815.htm. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **O papel da assistência social no atendimento aos migrantes**. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Guia/guia_migrantes.pdf Acesso em: 07 jun. 2021.

BRASIL. **Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.199 de 20 de novembro de 2017**. Regulamenta a Lei nº 13.455 de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração. Brasília, DF: Presidência da República, 2017b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9199.htm. Acesso em: Acesso em: 10 mar. 2021.

CASTRO, Maria da Consolação; FERNANDES, Duval; JONNATHAN, Jonnathan. Fluxos migratórios na fronteira e os desafios para a assistência social: instrumentos e políticas. *In:* **XVI**

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, v. 16, n. 1, Vitória, 2018. [Anais]Comunicações orais - Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22340. Acesso em: 5 jun. 2021.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu R.; MACEDO, Marília F. R. Imigração e Refúgio no Brasil. **Resumo Executivo 2020**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/Resumo%20Executivo%20_Relat%C3%B3rio%20Anual.pdf. Acesso em: 18 mar. 2021.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Wagner Faria de. Um panorama da imigração e do refúgio no Brasil. Reflexão à guisa de introdução. CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu R.; MACEDO, Marília F. R, Imigração e Refúgio no Brasil. **Relatório Anual 2020**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020, p. 8-16. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a. Acesso em: 18 mar. 2021.

CLARO, Carolina de Abreu Batista. do estatuto do estrangeiro à lei de migração: avanços e expectativas. BEPI. **Boletim de Economia e Política Internacional: Cooperação Internacional e o Sul Global II**. nº 26, setembro 2019/Abril 2020. Quadrimestral, p. 41-53. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35349&Itemid=4 . Acesso em: 26 abr. 2021.

COREDE. Conselho Regional de Desenvolvimento da Fronteira Noroeste. **Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Fronteira Noroeste 2015-2030**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2017. Disponível em: https://governanca.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/09144209-plano-fronteira-noroeste.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

FUMSSAR. Fundação Municipal de Saúde de Santa Rosa. **Institucional: Sobre a FUMSSAR.** [s/d]. Disponível em: http://www.fumssar.com.br/?page_id=1792. Acesso em: 12 mar. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama Cidades. **Santa Rosa**: **Economia.** 2018. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-rosa/panorama. Acesso em: 20 mar. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Instrumentos de gestão migratória. *In:* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos municípios brasileiros: 2018**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, p. 95-106, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101668.pdf Acesso em: 15 jun. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama Cidades. **Santa Rosa**: **População Estimada**. 2020. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-rosa/panorama. Acesso em: 20 mar. 2021.

LUSSI, Carmem. Formulação legal e políticas públicas no trato das migrações nacionais e internacionais. **Migrações e Trabalho**, p. 55-68, 2015. Disponível em: Livro_Migracoes_e_TrabalhoWEB.pdf (mpsp.mp.br). Acesso em: 18 jun. 2021.

MARTIN, Denise; GOLDBERG, Alejandro; SILVEIRA, Cássio. Imigração, refúgio e saúde: perspectivas de análise sociocultural. **Saúde e Sociedade**, v. 27, p. 26-36, 2018. Disponível em:https://www.scielo.br/j/sausoc/a/BTJsmc9wYXWmCKRBkp5LgPc/?lang=pt. Acesso em: 5 jan. 2021.

NEPO. Núcleo de Estudos de População Elza Berquó. Banco Interativo - Números da Imigração Internacional para o Brasil. **Registros de imigrantes internacionais da Polícia Federal (SINCRE/SISMIGRA).** Observatório das Migrações de São Paulo. Campinas: Unicamp, [s/d]. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sincre-sismigra/. Acesso em: 28 fev. 2021.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro. Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S. l.], v. 34, n. 1, p. 171-179, 2017. Disponível em: https://rebep.emnuvens.com.br/revista/article/view/1082. Acesso em: 17 jun. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE): Microrregiões**. 2018. Disponível em: http://visualiza.dee.planejamento.rs.gov.br/idese/. Acesso em: 15 jan. 2021.

ROSA, Ivandro. Carlos; MEJÍA, Margarita. Rosa. Gavíria; PÉRICO, Eduardo. Políticas públicas e redes de apoio aos migrantes haitianos, em pequeno município do Rio Grande do Sul, Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, n. 141, p. 285-302, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0101-6628.250. Acesso em: 21 jun. 2021.

SANTA ROSA. Prefeitura Municipal de Santa Rosa. **Planejamento Estratégico de Desenvolvimento - 2031: Santa Rosa 100 anos**. Unijuí, 2014. Disponível em: https://www.santarosa.rs.gov.br/downloads_categorias_ver.php?. Acesso em: 28 abr. 2021.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SILVA, Felipe. Rezende.; FERNANDES, Duval. Desafios enfrentados pelos imigrantes no processo de integração social na sociedade brasileira. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, v. 13, n. 18, p. 50-64, 2017. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/revistaich/article/view/16249. Acesso em: 22 jun. 2021.

SILVA, Marcos Vinicius Viana; SCHERF, Erick. da Luz. Os Avanços e Desafios na Implementação de Políticas Públicas para a proteção da Pessoa Idosa Imigrante no Brasil. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca**, v. 15, n. 1, p. 215-228, 2020. Disponível em: http://www.revista.direitofranca.br/index.php/refdf/article/view/951/pdf. Acesso em: 8 jun. 2021.

SQUEFF, Tatiana Cardoso; PECKER, Julia Pelegrino. O Artigo 120 da Lei de Migrações de 2017: Impactos e Prognósticos da Inexistência de uma Política Migratória Nacional. *In:* BAENINGER, Rosana; VEDOVATO, Luís. Renato; RAMOS, André de Carvalho. (Coord.). **Nova Lei de Migração: os três primeiros anos.** Campinas: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó – NEPO; Unicamp – Observatório das Migrações em São Paulo/ FADISP, p. 429-456, 2020. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/_leimig.php. Acesso em: 15 jun. 2021.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. Perfil das Migrações Internacionais para o Estado do Rio Grande do Sul nas Primeiras Décadas do Século XXI. **Revista Signos.** v. 37, n. 2, p. 124-156, 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.22410/issn.1983-0378.v37i2a2016.1105. Acesso em: 5 jun. 2021.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. O Acolhimento de Migrantes Haitianos e Senegaleses e a Gestão Pública Municipal Brasileira: uma análise qualitativa do caso de Novo Hamburgo (RS). **Revista Estudos de Planejamento**, n. 16, p. 49-66, dez. 2020. Disponível em:https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/estudos-planejamento/article/view/4415 Acesso em: 20 jun. 2021.